

# Filosofia 2019

Julho



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

## Teoria contratualista: John Locke

### Resumo

---

Em um período marcado fortes mudanças políticas, especialmente pela formação dos Estados nacionais e pelos conflitos religiosos surgidos após a Reforma Protestante, alguns importantes filósofos, conhecidos como contratualistas, tomaram a peito a tarefa de encontrar uma nova resposta para o mais tradicional problema da filosofia política: afinal, por quê e para quê existe a autoridade do Estado? De fato, não há filósofo dedicado ao estudo do governo e das leis, desde a Grécia antiga, que não tenha se colocado diante desta pergunta e buscá-lo respondê-la. Justamente por isso, o que tornou a perspectiva contratualista interessante e inovadora não foi exatamente a questão que ela levantou, mas sim o modo como tentou resolvê-la. Criado pelo pensador britânico Thomas Hobbes, este novo de método para a justificação do poder político foi tão influente que mesmo autores que criticaram duramente as ideias de Hobbes, como Locke e Rousseau, assumiram o método contratualista.

Curiosamente, o raciocínio que fundamenta a metodologia contratualista é algo bastante simples. Em primeiro lugar, se o que está em jogo é descobrir qual é a importância da ordem política, o primeiro passo é imaginar como seria a vida humana sem a política: uma condição chamada por Hobbes de **estado de natureza**. Uma vez concebido tal estado inicial pré-político, cabe entender o que levaria as pessoas deste estado de completa liberdade e ausência de leis a preferirem abandoná-lo e ingressarem no estado civil e político. Uma vez que no estado de natureza todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no **estado político** não poderia ser de modo algum imposto e só pode então ser compreendido como um **contrato social**, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abririam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo esta visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse hipotético, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

### O contratualismo de Locke

Tal como Thomas Hobbes, John Locke também acreditava que a única maneira efetivamente razoável de justificar a existência do poder político seria através da metodologia contratualista. No entanto, diferente de seu predecessor, Locke não tinha uma visão tão pessimista da natureza humana. Esta divergência básica, por sua vez, levou a outras maiores e mais relevantes, fazendo com que Locke defendesse um ideal de governo diretamente oposto àquele que Hobbes defendeu: enquanto o segundo foi

um célebre advogado do absolutismo monárquico, Locke é considerado o **pai do liberalismo político**, uma concepção que vê na garantia da liberdade o papel central do governo.

Antes de tudo, Locke discordava radicalmente da ideia de que o homem é basicamente um ser egoísta. De fato, ele não negava que somos autointeressados e buscamos a satisfação de nossos desejos, porém afirmava também que todos nós temos certo senso moral, certas noções elementares de certo e errado que nos impedem de agir de modo totalmente impulsivo. Com efeito, segundo Locke, o estado de natureza é um estado sem lei política, mas não é um estado absolutamente sem lei: vigora nele a lei moral racional, chamada por ele de **lei da natureza**, a qual nos indica o que é certo e errado independentemente da lei estabelecida pelo Estado. Com efeito, já no estado de natureza, os homens são capazes de perceber pela razão que são iguais e que, portanto, devem tratar-se de modo igualitário: é a igualdade essencial de todos os homens que exige um respeito igual de uns para com os outros. Por sua vez, também segundo Locke, da lei natural se derivam **direitos naturais**, isto é, certos bens básicos que todo ser humano merece ter reconhecidos. Tais direitos (embrião da ideia futura de direitos humanos), segundo Locke, são três: **o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada**. Sua decorrência da lei natural seria nítida: se todos os homens são iguais, um não tem direito a tomar a vida do outro; se todos os homens são iguais, um não tem direito a se impor sobre a liberdade do outro; se todos os homens são iguais, ninguém tem direito a tomar para si aquilo que o outro adquiriu com seu trabalho. Vê-se assim que o trabalho seria o fundamento do direito à propriedade privada e que todos os três direitos se reduzem à defesa da liberdade do indivíduo frente aos demais.

Ora, mas se o estado de natureza não é um conflito generalizado como pensava Hobbes, o que então, segundo Locke, levaria as pessoas a livremente abandoná-lo e ingressarem no estado político? Se já há uma lei moral racional que limita os impulsos egoístas do homem, qual seria o problema presente do estado de natureza a ser resolvido pelo Estado? Simples: o estado de natureza não seria um estado de guerra e o senso moral dos próprios homens evitaria nele muitos conflitos. Entretanto, não se pode negar que esses conflitos ocorreriam eventualmente e aí é que está o problema. Com efeito, apesar de possuir uma lei moral que o regule, o estado de natureza não possui uma autoridade para aplicar essa lei. Assim, quando os conflitos surgem no estado de natureza, apesar de eles não serem tão comuns como pensava Hobbes, o problema é que não há uma autoridade superior a quem os homens possam apelar e, portanto, todos os homens são juízes da lei natural. A falta dessa autoridade comum é que levaria os homens a decidirem ingressar no estado político mediante um contrato social. De fato, sem uma instituição a zelar pela justiça, os homens possuem direitos no estado de natureza, mas o aproveitamento desses direitos é incerto.

Por sua vez, uma vez que a função do contrato social lockeano não é garantir a paz, mas sim garantir uma mais eficiente aplicação da justiça da lei da natureza e um mais seguro uso dos direitos naturais, tal contrato não implica, segundo o filósofo, a renúncia completa da liberdade. Ao contrário, como o papel do governo não é tanto manter a ordem, mas sim garantir os direitos básicos, seu poder não deve ser absoluto, mas sim limitado. A lei civil deve apenas exprimir e garantir a perfeita execução da lei natural e dos direitos básicos.

Inclusive, para Locke, caso o governo não cumpra com seu papel e viole a lei moral e os direitos naturais, o povo tem o direito e mesmo o deve de se rebelar, afinal, um contrato quebrado não tem mais qualquer valor.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, a Revolução Francesa derrubou o antigo regime, ou seja, o absolutismo real fundamentado no direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder. O término do antigo regime se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

Esse princípio político que substitui a antiga teoria do direito divino do rei intitula-se

- a) Contratualismo.
  - b) Totalitarismo.
  - c) Absolutismo.
  - d) Liberalismo.
  - e) Marxismo.
2. Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
  - b) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
  - c) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
  - d) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.
3. O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é um dos fundadores da concepção liberal da vida política. Em sua defesa da liberdade como um atributo que o homem possui desde que nasce, ele diz: "Para compreender corretamente o que é o poder político e derivá-lo a partir de sua origem, devemos considerar qual é a condição em que todos os homens se encontram segundo a natureza. E esta condição é a de completa liberdade para poder decidir suas ações e dispor de seus bens e pessoas do modo que quiserem, respeitados os limites das leis naturais, sem precisar solicitar a permissão ou de depender da vontade de qualquer outro ser humano."
- Assinale o documento histórico que foi diretamente influenciado pelo pensamento de Locke.
- a) O livro "O que é a propriedade?", de Proudhon (1840)
  - b) O "Manifesto Comunista", de Karl Marx e Frederico Engels (1848)
  - c) A "Concordata" estabelecida entre Napoleão e o Vaticano (1801)
  - d) A declaração da "Doutrina Monroe" (1823)
  - e) A "Declaração de Independência" dos Estados Unidos (1776)
-

**Texto para a próxima questão:**

Os filósofos *contratualistas* elaboraram suas teorias sobre os fundamentos ou origens do poder do Estado a partir de alguns conceitos fundamentais tais como, a soberania, o estado de natureza, o estado civil, o estado de guerra, o pacto social etc.

4. [...] O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição [...] nisto temos a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, muito embora certas pessoas os tenham confundido, eles estão tão distantes um do outro [...].

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

Leia o texto acima e assinale a alternativa correta.

- a) Para Locke, o estado de natureza é um estado de destruição, inimizade, enfim uma guerra “de todos os homens contra todos os homens”.
- b) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra.
- c) Segundo Locke, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado de natureza.
- d) Uma das semelhanças entre Locke e Hobbes está no fato de ambos utilizarem o conceito de estado de natureza exatamente com o mesmo significado.

5. “Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as suas posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro [...]. Contudo, embora seja um estado de liberdade, não o é de licenciosidade; apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga. [...] E para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém nesse estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores.” (Locke)

Considerando o texto citado, é correto afirmar, segundo a teoria política de Locke, que

- a) o estado de natureza é um estado de perfeita concórdia e absoluta paz, tendo cada indivíduo poder ilimitado para realizar suas ações como bem lhe convier, sem nenhuma restrição de qualquer lei, seja ela natural ou civil.
- b) concebido como um estado de perfeita liberdade e de igualdade, o estado de natureza é um estado de absoluta licenciosidade, dado que, nele, o homem tem a liberdade incontrolável para dispor, a seu bel-prazer, de sua própria pessoa e de suas posses.
- c) pela ausência de um juiz imparcial, no estado de natureza todos têm igual direito de serem executores, a seu modo, da lei da natureza, o que o caracteriza como um estado de guerra generalizada e de violência permanente.
- d) no estado de natureza, pela ausência de um juiz imparcial, todos e qualquer um, julgando em causa própria, têm o “direito de castigar os transgressores” da lei da natureza, de modo que este estado seja de relativa paz, concórdia e harmonia entre todos.
- e) no estado de natureza, todos os homens permanentemente se agridem e transgridem os direitos civis dos outros.

6. Locke é um dos principais representantes do contratualismo clássico. Tem como ponto de partida de seu pensamento político o estado de natureza, de modo que, através do contrato (pacto) social, realiza-se a passagem para o Estado civil.

Assinale a alternativa que não corresponde à concepção liberal de política de Locke.

- a) O estado de natureza é um estado de guerra generalizada de todos contra todos.
- b) No estado de natureza, todos os homens são livres e iguais, tendo todos o direito à vida, à liberdade e à propriedade.
- c) O estado de natureza é um estado de relativa paz, por falta de um juiz imparcial que julgue os possíveis conflitos entre os indivíduos.
- d) O Estado civil tem sua origem e fundamento no pacto de consentimento unânime de indivíduos livres e iguais, sendo que na escolha da forma de governo segue-se o princípio da maioria.
- e) No centro do pensamento político de Locke se encontra a defesa dos direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade, que devem ser garantidos e protegidos pelo Estado civil.

7. Um dos aspectos mais importantes da filosofia política de John Locke é sua defesa do direito à propriedade, que ele considerava ser algo inerente à natureza humana, uma vez que o corpo é nossa primeira propriedade. De acordo com esta perspectiva, o Estado deve

- a) permitir aos seus cidadãos ter propriedade ou propriedades.
- b) garantir que todos os seus cidadãos, sem exceção, tenham alguma propriedade.
- c) garantir aos cidadãos a posse vitalícia de bens.
- d) fazer com que a propriedade seja comum a todos os cidadãos.

8. Para Locke, o estado de natureza é um estado de liberdade e de igualdade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83.

Com base nos conhecimentos sobre a filosofia política de Locke, assinale a alternativa correta.

- a) No estado de natureza, a liberdade dos homens consiste num poder de tudo dispor a partir da força e da argúcia.
- b) Os homens são iguais, pois todos têm o mesmo medo de morte violenta em mãos alheias.
- c) A liberdade dos homens determina que o estado de natureza é um estado de guerra de todos contra todos.
- d) A liberdade no estado de natureza não consiste em permissividade, pois ela é limitada pelo direito natural.
- e) Nunca houve na história um estado de natureza, sendo este apenas uma hipótese lógica.

9. Atente para o seguinte trecho de um artigo de jornal: “Segundo o coordenador do Setor de Ciências Naturais e Sociais da Unesco no Brasil, Fabio Eon, os direitos humanos estão sendo alvo de uma onda conservadora que trata a expressão como algo politizado. — ‘Existe hoje uma tendência a enxergar direitos humanos como algo ideológico, o que é um equívoco. Os direitos humanos não são algo da esquerda ou da direita. São de todos, independentemente de onde você nasceu ou da sua classe social. É importante enfatizar isso para frear essa onda conservadora’ — ressalta Eon, que sugere um remédio para o problema: — ‘Precisamos promover uma cultura de direitos humanos’”.

Disponível em: *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-direitos-humanosnao-sao-da-esquerda-ou-da-direita-sao-de-todos-23088573>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada durante a primeira fase da Revolução Francesa, pela Assembleia Nacional Constituinte.

No que diz respeito à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, é correto afirmar que

- a) apesar de ser um documento revolucionário moderno, tem suas premissas filosóficas no pensamento político de Aristóteles.
- b) é de inspiração hobbesiana, tendo seus primórdios nos inícios do Estado moderno.
- c) é de inspiração iluminista e liberal, sob influência de grandes pensadores do século XVIII, tais como Locke e Rousseau.
- d) é de inspiração marxista, no influxo dos grandes movimentos grevistas e reivindicatórios que aconteceram na França durante o século XIX.

10. Leia o texto a seguir.

Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

- a) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
- b) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
- c) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
- d) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.
- e) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre-iniciativa econômica e liberdade individual.

## Gabarito

---

**1. D**

O filósofo que inaugura o conceito de propriedade privada como direito natural é John Locke. Segundo este pensador, os princípios de sua filosofia são: a liberdade (ação por deliberação pessoal, sem nenhuma influência); a propriedade privada (iniciando a partir do próprio corpo que se possui e por aquilo que se consegue pelo trabalho); e a igualdade (mesmas condições para que todos possam usufruir dos recursos e leis da natureza). Por meio destes referenciais, Locke estabelece que se vivemos em natureza e seguimos as suas leis, estas mesmas leis devem servir de modelo para a constituição do Estado. O papel do governo consiste exclusivamente em fazer respeitar o direito natural de cada indivíduo determinado em conformidade com as leis da natureza. Portanto, o governo civil é o remédio apropriado para os inconvenientes do estado de natureza que pode se tornar um estado de guerra. Ele não deve ser um ditador ou alguém que deva ser obedecido, mas alguém que administra um empreendimento social onde os interesses e liberdades individuais determinam os rumos que a sociedade deve seguir, sendo que seu poder é temporal e limitado. Daí o governo não deve estabelecer aquilo que acredita ser melhor no modo de condução, mas deve concordar em servir a um interesse maior a garantia dos direitos de igualdade, liberdade e propriedade privada. A liberdade é o fundamento da vida em sociedade, servindo como justificativa para a disposição como se aprover da propriedade privada que os indivíduos estabelecem. Esta é garantida pela igualdade entre todos para que pela apropriação dos recursos da natureza possam adquirir condições de sobreviverem segundo a melhor maneira que lhes aprover. Esta concepção exposta, com mínima interferência do governo nos rumos, com a valorização da liberdade e propriedade privada garantida pela igualdade é conhecida como liberal.

**2. C**

O objetivo de um governo legítimo é: 1) preservar, o quanto possível, o direito à vida, à liberdade, à saúde e à propriedade de seus cidadãos; 2) processar e punir aqueles cidadãos que violarem os direitos dos outros; 3) perseguir o bem público até nos momentos em que isto entrar em conflito com os direitos individuais. Assim, o governo provê algo não disponível no estado de natureza, a preservação dos direitos naturais através da intervenção de uma autoridade racional, isto é, um juiz imparcial para determinar a severidade do crime e definir uma punição proporcional. Esses são os motivos fundamentais porque a sociedade civil é um avanço sobre o estado de natureza.

**3. E**

A Declaração de Independência dos Estados Unidos traz consigo muitos elementos do liberalismo proposto por John Locke, o que se percebe claramente no seu segundo parágrafo. De fato, ainda hoje o ideal liberal demonstra ser uma característica bastante arraigada no pensamento político norte-americano.

**4. C**

Assim como Hobbes, o filósofo inglês John Locke também refletiu sobre a origem do poder político e sobre sua necessidade para congregar os homens, que em estado de natureza viviam isolados. Locke faz uma reflexão mais moderada que a de Hobbes no tocante ao estado de natureza o que dá como errada a questão D. Refere-se ao estado de natureza como uma condição na qual, pela falta de uma normatização geral, cada qual seria juiz de sua própria causa, o que levaria ao surgimento de problemas nas relações entre os homens, ou seja, o estado de guerra.

Para evitar este problema, o Estado seria criado e sua função seria garantir a segurança dos indivíduos e de seus direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e aos bens necessários para sua conservação garantidos pelo trabalho.

5. **D**

O texto nos oferece alguns, mas não todos os elementos para respondermos à questão. O Estado de Natureza não é um estado de absoluta licenciosidade, nem de perfeita concórdia ou perfeita paz, mas nem por isso é um estado de guerra e de transgressões. Ele é caracterizado pela ausência de um juiz parcial e, por isso, está nas mãos de todos os homens a execução das leis de toda natureza para a garantia da relativa paz e harmonia. Sendo assim, somente a alternativa [D] está correta.

6. **A**

A alternativa [A] é incorreta. Esta corresponde à visão de Thomas Hobbes a respeito do estado de natureza, e não à de John Locke, que está apresentada nas alternativas [B] e [C].

7. **A**

Na teoria liberal de John Locke, o direito natural à propriedade privada ganha importância fundamental. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, não significando que este deva dar propriedade a todos os seus cidadãos, mas somente garantir a possibilidade de tê-las e mantê-las. Segundo essa visão liberal, é através do trabalho que o homem pode adquirir tais propriedades.

8. **D**

Somente a alternativa [D] está correta. Nas próprias palavras de Locke: *"ainda que se tratasse de um "estado de liberdade", este não é um "estado de permissividade": [...] O "estado de Natureza" é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens."* (LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994).

Vale ressaltar que para Locke o estado de natureza não é somente uma hipótese lógica, mas uma possibilidade histórica.

9. **C**

Os direitos estabelecidos como fundamentais para todos os indivíduos foram concebidos por novas correntes filosóficas surgidas no século XVIII. Estes direitos foram reconhecidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no contexto da Revolução Francesa de 1789, movimento revolucionário de base liberal e iluminista. O pensamento iluminista liberal, dos quais Rousseau e Locke são importantes representantes, defende a garantia constitucional da dignidade humana, a partir da determinação de direitos invioláveis que evitariam o abuso de poder e as injustiças cometidas contra os indivíduos.

10. **B**

a) Incorreta. Para Locke, o estado de natureza é superado porque o homem em tal estado é juiz de si mesmo. Para garantir a estabilidade das relações individuais, é fundado o Estado, que garante os direitos das pessoas, bem como os seus deveres.

b) Correta. Segundo Locke, no estado de natureza, os homens pensam de maneira individualista, o que pode levar a conflitos, por isso a necessidade da fundação do Estado enquanto instância mediadora dos conflitos sociais entre os diversos grupos sociais que o constituem.

- c) Incorreta. De acordo com Locke, o Estado é a instância que garante os direitos naturais, portanto o poder não pode ser absoluto. O poder executivo deve estar subordinado ao legislativo, e o Estado existe para garantir os direitos dos indivíduos, que podem retirar do Estado tal prerrogativa, caso este não garanta direitos, como a propriedade privada, a liberdade e a sobrevivência.
- d) Incorreta. Segundo Locke, o poder legislativo é o mais importante na estrutura social. É ele que garante a liberdade e os direitos, não o poder executivo, que deve estar subordinado ao legislativo, e este último, à vontade da maioria.
- e) Incorreta. Não basta possuir bens para garantir a tolerância religiosa, a livre-iniciativa econômica e a liberdade individual sem uma legislação que os garanta. As leis podem garantir tais direitos e o direito à propriedade privada.

## Teoria contratualista: J.J. Rousseau

### Resumo

---

Em um período marcado fortes mudanças políticas, especialmente pela formação dos Estados nacionais e pelos conflitos religiosos surgidos após a Reforma Protestante, alguns importantes filósofos, conhecidos como contratualistas, tomaram a peito a tarefa de encontrar uma nova resposta para o mais tradicional problema da filosofia política: afinal, por quê e para quê existe a autoridade do Estado? De fato, não há filósofo dedicado ao estudo do governo e das leis, desde a Grécia antiga, que não tenha se colocado diante desta pergunta e buscá-lo respondê-la. Justamente por isso, o que tornou a perspectiva contratualista interessante e inovadora não foi exatamente a questão que ela levantou, mas sim o modo como tentou resolvê-la. Criado pelo pensador britânico Thomas Hobbes, este novo de método para a justificação do poder político foi tão influente que mesmo autores que criticaram duramente as ideias de Hobbes, como Locke e Rousseau, assumiram o método contratualista.

Curiosamente, o raciocínio que fundamenta a metodologia contratualista é algo bastante simples. Em primeiro lugar, se o que está em jogo é descobrir qual é a importância da ordem política, o primeiro passo é imaginar como seria a vida humana sem a política: uma condição chamada por Hobbes de **estado de natureza**. Uma vez concebido tal estado inicial pré-político, cabe entender o que levaria as pessoas deste estado de completa liberdade e ausência de leis a preferirem abandoná-lo e ingressarem no estado civil e político. Uma vez que no estado de natureza todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no **estado político** não poderia ser de modo algum imposto e só pode então ser compreendido como um **contrato social**, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abririam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo esta visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse hipotético, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

Jean-Jacques Rousseau foi o mais importante filósofo iluminista a se dedicar à filosofia política. Seus textos sobre a origem e os limites do poder do Estado obtiveram enorme repercussão não apenas nos debates filosóficos, mas em toda a sociedade europeia do século XVIII, tendo grande influência, por exemplo, na Revolução Francesa. Tal como Locke e Hobbes, Rousseau era um contratualista. Chegou ele, porém, a conclusões totalmente diferentes dos dois pensadores ingleses. Ao analisar qual seria a condição do homem no estado de natureza, sem qualquer tipo de laço político, totalmente livre e independente, Rousseau não concluiu que esse estado seria de guerra de todos contra todos como pensava Hobbes, tampouco que seria guiado por uma lei natural da razão, de acordo com o que imaginava Locke. Rousseau, na verdade, pensava que o estado de natureza seria um estado de absoluta paz e tranquilidade, mesmo sem qualquer lei, política

ou racional, que o regulasse. É que, para o filósofo iluminista, **o homem é naturalmente bom; a sociedade é que o corrompe**. Segundo Rousseau, sem a intervenção das normas sociais, o homem se comportaria como um animal, guiando-se não pela sua razão, mas sim por instintos (é a chamada “teoria do bom selvagem”). Como, para o filósofo, os instintos mais básicos do homem são o **amor de si** (interesse pelo próprio bem-estar e conservação) e a  **piedade** (repugnância natural pela morte ou sofrimento de qualquer ser sensível, em especial os semelhantes), então o estado de natureza seria, a princípio, totalmente pacífico, pois os homens jamais se atacariam gratuitamente. Por que, então, surgiu o Estado político? Bem, os problemas no estado de natureza se iniciaram quando surgiu a **propriedade privada**. A princípio somente um modo de cada um manter sua sobrevivência, a propriedade acabou por introduzir a desigualdade social, opondo ricos e pobres e gerando uma série de conflitos e lutas por poder. Foi quando surgiu a necessidade de um poder comum para regular a vida das pessoas e as regras de justiça e moralidade ditadas pela razão se tornaram mais importantes que os instintos e sentimentos naturais: surgiu a política. Perceba, porém, que o Estado não surge aí como um bem, mas sim apenas para impedir um mal maior. Ideal mesmo seria que tudo permanecesse tal como antes da propriedade privada. Como, porém, isso não é possível, como o homem já se encontrava irremediavelmente corrompido pela vida em sociedade, então que haja a política. É necessário lembrar, porém, diz Rousseau, que o contrato social não é um acordo entre senhores e escravos, mas sim um pacto político entre iguais para instaurar uma **vontade geral** que deverá sobrepor-se a todas as vontades particulares. Assim, é necessário diferenciar governo e soberania. Se o governo pode ser exercido por um único indivíduo ou um grupo limitado, a soberania, por sua vez, é e permanece sempre sendo do povo como um todo. Na medida em que o governo não cumpra a vontade geral, o povo tem todo o direito de substituir aquele que não está exercendo corretamente sua função. Não à toa, **Rousseau era um crítico do absolutismo considerava a democracia uma forma superior de governo**.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
  - b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
  - c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
  - d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
  - e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.
2. Leia o fragmento a seguir, extraído do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de Rousseau:

“É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.159.

A partir da teoria contratualista de Rousseau, assinale a alternativa que representa aquilo que o filósofo de Genebra pretende defender na obra.

- a) que a desigualdade social é permitida pela lei natural e, portanto, o Estado não é responsável pelo conflito social.
  - b) que a desigualdade social é autorizada pela lei natural, ou seja, que a natureza não se encontra submetida à lei.
  - c) que no estado natural existe apenas o direito de propriedade.
  - d) que a desigualdade moral ou política é uma continuidade daquilo que já está presente no estado natural.
  - e) que há, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: a primeira, natural, e a segunda, moral ou política.
-

3. No século XIX, influenciados pelo Romantismo, muitos intelectuais brasileiros idealizaram a cultura indígena, considerando-a como autêntica representante do nacionalismo brasileiro. Em termos filosóficos, essa valorização do indígena foi influenciada pelo pensamento do filósofo
- a) Thomas Hobbes, autor da frase "o homem é o lobo do homem", que valorizava o comportamento típico de tribos selvagens.
  - b) Santo Agostinho, que, por meio do "livre arbítrio", acreditava que as sociedades selvagens eram capazes de alcançar a graça divina.
  - c) Montesquieu, que se inspirou na organização social dos indígenas para elaborar a famosa teoria dos "três poderes".
  - d) Jacques Rousseau, que elaborou a teoria do "bom selvagem", defendendo a pureza das sociedades primitivas.

4. "A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. (...). Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei."

ROSSEAU, J.J. *Do Contrato social*, São Paulo, Abril Cultural, 1973, livro III, cap. XV, p. 108-109

Rousseau, ao negar que a soberania possa ser representada preconiza como regime político:

- a) um sistema misto de democracia semidireta, no qual atuariam mecanismos corretivos das distorções da representação política tradicional.
- b) a constituição de uma República, na qual os deputados teriam uma participação política limitada.
- c) a democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos.
- d) a democracia indireta, pois as leis seriam elaboradas pelos deputados distritais e aprovadas pelo povo.
- e) um regime comunista no qual o poder seria extinto, assim como as diferenças entre cidadão e súdito.

5. “[...] Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade [...] Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a vontade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz, um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram doravante todo o gênero humano, à servidão e à miséria”.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. In: WEFFORT, F. C. *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática: 1989-pg. 195.

Todas as alternativas abaixo caracterizam o pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), exceto uma. Assinale-a.

- a) Rousseau parece demonstrar extrema nostalgia do estado feliz em que vive o bom selvagem, quando é introduzida a desigualdade entre os homens, a diferenciação entre rico e pobre, o poderoso e o fraco e a predominância da lei do mais forte.
  - b) O soberano é, para Rousseau, um representante eleito pelo povo que expressa a vontade geral. A democracia rousseauísta considera que é esse representante do povo que ratifica as leis, sendo a obediência às leis que caracteriza a liberdade.
  - c) Para Rousseau, o contrato social, para ser legítimo, deve se originar do consentimento necessariamente unânime. Pelo pacto, o homem abdica de sua liberdade, mas sendo ele próprio parte integrante e ativa do todo social, ao obedecer à lei obedece a si mesmo e, portanto, é livre.
  - d) Para Rousseau, a soberania do povo, manifesta pelo legislativo é inalienável, ou seja, não pode ser representada. A democracia rousseauísta considera que toda lei não ratificada pelo povo em pessoa é nula.
  - e) Rousseau preconiza a democracia direta e participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos. O mesmo homem enquanto faz a lei é um cidadão e, enquanto a obedece e se submete, é um súdito.
6. Em *O Contrato Social*, após reconhecer as vantagens da instituição do estado civil, Rousseau afirma a necessidade de se acrescentar à aquisição deste estado a liberdade moral, pois só assim o homem torna-se senhor de si mesmo.  
Com base nessa concepção, é correto afirmar:
- a) O estado civil é o único em que o homem pode viver em liberdade.
  - b) No estado de natureza, todos os homens viviam em situação de escravidão moral.
  - c) Na vida civil, os impulsos imorais do homem se acomodam incondicionalmente às regras do Estado de Direito.
  - d) Não devemos situar em um mesmo plano civilidade e moralidade.
  - e) Estado, lei e liberdade são uma só e mesma coisa.

7. Leia o seguinte texto de Rousseau:

[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 5. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.43

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre contrato social e vontade geral no pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

- a) A vontade geral, fundamento da ordem social e política, consiste na soma e, por sua vez, na concordância de todas as vontades individuais, as quais por natureza tendem para a igualdade.
- b) Pelo contrato social, a multidão promete obedecer a um senhor, a quem transmite a vontade coletiva e, por este ato de doação, torna-se povo e institui-se o corpo político.
- c) pelo direito natural, a vontade geral se realiza na concordância manifesta pela maioria das vontades particulares, reunidas em assembleia, que reivindicam para si o poder soberano da comunidade.
- d) por força do contrato social, a lei se torna ato da vontade geral e, como tal, expressão da soberania do povo e vontade do corpo político, que deve partir de todos para aplicar-se a todos.
- e) O contrato social, pelo qual o povo adquire sua soberania, decorre da predisposição natural de cada associado, permitindo-lhe manter o seu poder, de seus bens e da própria liberdade.

8. Entendia o filósofo Jean-Jacques Rousseau que a sociedade civil é resultado das transformações que a espécie humana sofreu ao longo de sua história, sobretudo da condição de selvagem para a condição de homem civilizado. O que permitiu essa transformação, segundo este filósofo, é a *perfectibilidade*. Selecione, nos itens a seguir, aquele que expressa o sentido de *perfectibilidade* em Rousseau, ou seja, a capacidade que o homem tem de

- a) aperfeiçoar-se.
- b) encontrar soluções para seus problemas.
- c) enfrentar seus medos.
- d) escapar dos perigos.

9. O princípio de toda ação está na vontade de um ser livre, não poderíamos remontar além disso. [...] não há verdadeira vontade sem liberdade. O homem, portanto, é livre em suas ações [...]. Se o homem é ativo e livre, ele age por si mesmo. Tudo o que faz livremente não entra no sistema ordenado da Providência e não lhe pode ser imputado.

[...]

A consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo. [...] [A consciência] é o verdadeiro guia do homem; ela está para a alma assim como o instinto está para o corpo: quem a segue obedece à natureza e não tem medo de se perder [...] Existe, pois, no fundo das almas um princípio inato de justiça e de virtude a partir do qual, apesar de nossas próprias máximas, julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más, e é a esse princípio que dou o nome de consciência.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo. Martins Fontes, 2004. p. 396; 405; 409V

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento moral de Jean-Jacques Rousseau, é correto afirmar.

- a) Rousseau reafirma que o fundamento objetivo dos juízos morais está em Deus, que ilumina a consciência humana e nela inspira o "princípio inato de justiça e de virtude".
  - b) Herdeiro do pensamento de Platão, Rousseau defende que a prática do bem coincide com a busca interminável do conhecimento da verdade e da justiça.
  - c) Rousseau reafirma que, por meio da consciência, o ser humano é movido pela busca da felicidade, alcançada pela reflexão e pelo desprezo dos desejos e das paixões.
  - d) Rousseau rejeita que o fundamento da moral seja a conformidade com a lei divina, afirmando a crença na objetividade de uma lei natural, anterior a qualquer lei positiva.
  - e) Rousseau recusa aceitar a existência de noções morais anteriores à experiência humana e defende que o ser humano é naturalmente movido pela busca do prazer.
10. "O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo". Levando em conta a principal ideia que Rousseau quer transmitir com essa afirmação, assinale a alternativa verdadeira:
- a) A propriedade privada, já existente antes da sociedade civil, trouxe a possibilidade de melhor organização entre os indivíduos e, conseqüentemente, facilitou sua convivência.
  - b) A propriedade privada é um direito natural fundado no trabalho.
  - c) A expressão "isto é meu" da frase de Rousseau quer mostrar que naturalmente o homem anseia por propriedade privada.
  - d) A sociedade civil tem sua origem na propriedade privada que, junto consigo, trouxe os principais problemas entre os homens.
  - e) O fundador da sociedade civil era um pensador grego que tinha grande capacidade de persuasão.

## Gabarito

---

1. **A**

**[Resposta do ponto de vista da disciplina de Sociologia]**

Somente a alternativa [A] está correta. O homem civil, segundo o texto de Rousseau, corresponde àquele que, desviando de sua própria natureza, se torna um indivíduo relacional à comunidade política.

**[Resposta do ponto de vista da disciplina de Filosofia]**

Se fizéssemos um exercício de completa abstração e pensássemos unicamente a partir do ponto de vista do “homem natural”, então poderíamos dizer que a sua “transformação” em homem civil seja um desvio. Porém, Rousseau não dá a entender que tal passagem para a vida civil seja simplesmente um artifício, um desvio da rota natural. Segundo um trecho de sua obra, *Contrato Social*, a passagem é inevitável para a própria conservação do homem e, portanto, um tanto natural, isto é, ela se cria pelo movimento da própria natureza do homem.

“Esse estado primitivo não pode mais subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse sua maneira de ser. Ora, como é impossível aos homens engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não lhes resta outro meio para se conservarem senão formar, por agregação, uma soma de forças que possa vencer a resistência, pô-los em movimento por um único móbil e fazê-los agir em concerto”.

J-J. Rousseau. *Contrato social*. In *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 602

2. **E**

Rousseau no início de sua obra afirma que existem dois principais tipos de desigualdade entre os homens: a natural ou física e a moral ou política. Na desigualdade natural os homens se diferenciam pela idade, saúde e força corporal. Esta desigualdade é uma consequência natural da própria espécie perante a variedade de composições que os homens podem adotar. No caso da desigualdade moral ou política, esta se dá devido às convenções estabelecidas entre homens, para que exista a possibilidade de convivência coletiva. A convenção do conceito de propriedade somado a desigualdade natural existente entre os homens, vai firmar a desigualdade por meio dos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos ou mesmo mais obedecidos. A alternativa “E” é a única que se enquadra na teoria explicitada.

3. **D**

É muito simplista a relação direta entre a história conjectural rousseauísta e a valorização do indígena na literatura brasileira do século XIX, especificamente, por exemplo, José de Alencar. Isso porque ambos os lados perdem muitíssimo significado com a simplificação.

Primeiramente, Rousseau não defende exatamente o homem natural, o “bom selvagem”, pois este é apenas uma representação do homem no seu estado primitivo no qual inexistia sociedade. Além disso, sequer este homem (apenas ‘quase igual’ aos outros animais, pois possui diferentemente liberdade) pode ser dito factual – apesar de algumas das suas descrições, no segundo discurso (*O discurso sobre a origem da desigualdade*), sobre o desenvolvimento da linguagem, da tecnologia, etc. serem verossímeis, até demonstráveis.

Segundamente, José de Alencar não está preocupado, como Rousseau, com a origem da desigualdade, ou com o contrato social. O autor de *O Guarani* tem uma preocupação vinculada à nacionalidade brasileira, à fundação de uma identidade brasileira que unisse a civilização europeia ao nativo e libertasse essa nova nacionalidade.

Portanto, a similaridade entre ambos deve ser observada sob inúmeras ressalvas. Rousseau pode servir de inspiração, porém ele pode dizer apenas o que realmente escreveu e "sociedades primitivas" de "bons selvagens" é simplesmente um contrassenso.

4. C

Para Rousseau o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoal moral e coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas sim o representante da soberania popular.

5. B

A alternativa [B] é a única incorreta. Rousseau é muitas vezes tido como um dos teóricos da democracia participativa. Isso porque, segundo ele, a soberania corresponde ao exercício da vontade geral do povo, não podendo ser transferida para a mão de um único homem.

6. D

Aquilo que faz reconhecer o homem como um ser superior capaz de autonomia e liberdade é a superação a toda arbitrariedade submetendo-se a uma lei que ele se erga acima de si mesmo. O homem é livre na medida em que dá consentimento à lei por considerá-la válida e necessária.

7. D

O **contrato social** ou **pacto social** se dá na passagem do estado de natureza ao estado civil, pelo qual os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural (ou o poder para fazer o que se quer desde que não haja nenhum impedimento para isto) e à posse natural de bens e armas e em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis (estabelecendo o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o permitido e o proibido), usar a força (em vingar crimes em nome de todos) e declarar a guerra ou a paz. O contrato social tem fundamento na soberania e institui a autoridade política, ou seja, o *estado civil*.

8. A

A passagem do estado de natureza para o estado civilizado do homem se dá, segundo Rousseau, conforme duas características naturais do homem: a liberdade e a perfectibilidade, sendo esta última justamente a capacidade do homem de aperfeiçoar-se.

9. D

Rousseau foi um pensador iluminista. Isso quer dizer que se insere em uma lógica de valorização da razão e de busca por afastar as determinações religiosas sobre a filosofia. Nesse sentido é que ele rejeita o fundamento moral relacionado com a lei divina. Assumindo a necessidade da liberdade, Rousseau também possui uma teoria baseada na ideia de natureza humana. É em consonância com ela que ele constrói sua teoria política.

10. D

Na afirmação do enunciado, Rousseau apresenta uma visão negativa a respeito da propriedade privada, sendo ela a origem da desigualdade entre os homens. A única afirmação que está de acordo com esse argumento é a afirmação [D].

## Adam Smith

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

### Resumo

---

Adam Smith foi um importante filósofo e economista escocês que nasceu em 1723 e faleceu em 1790, sendo considerado o pai da economia moderna e o teórico mais importante do liberalismo econômico. Smith vivenciou o século XVIII, mais conhecido como o século das luzes, e criticou a política econômica mercantilista, típica dos reinos europeus absolutistas, defendendo a livre circulação econômica. Nesse sentido, Smith considerava que a iniciativa privada deveria estar livre da interferência do Estado, o que aumentaria a concorrência, diminuiria preços, facilitaria as inovações tecnológicas, bem como contribuiria para uma melhor qualidade dos produtos e para aumentar o ritmo de produção.

Em 1776, Adam Smith escreveu sua obra mais importante, "A riqueza das nações". Uma das frases que melhor resume o pensamento de Smith é a de que "não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu auto interesse". Isso significa que, do seu ponto de vista, a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma interferência governamental. A sua tese, portanto, era contrária ao mercantilismo e aos direitos feudais, tendo exercido uma influência muito grande na burguesia da época (comerciantes, industriais e financistas).

De acordo com Adam Smith, a divisão do trabalho era um fator importantíssimo para o liberalismo econômico. Nesse sentido, o comerciante ou mercador seria levado por uma "mão invisível" a promover o bem-estar da sociedade na medida em que estaria contribuindo para o avanço econômico. Assim, Smith rechaça a ideia de que a riqueza de uma nação estaria relacionada com a quantidade de ouro e prata existente em seu cofre. Ao contrário, a riqueza de uma nação está relacionada, do seu ponto de vista liberal, com a habilidade de produzir bens. Seu ponto de vista foi fundamental para a economia política na medida em que ele estava combatendo o mercantilismo que era vigente no século XVIII.

Ainda sobre a "mão invisível", conceito estabelecido na sua principal obra, trata-se de um termo para descrever como, numa economia de mercado, apesar de não haver uma entidade coordenadora do interesse comum, é como se houvesse uma força invisível que orienta e regula a economia. Em grande medida, podemos compreender a "mão invisível" da economia, a que Smith faz menção, como aquilo que chamamos hoje da lei da oferta e da procura. Trata-se, portanto, de uma ordem econômica que regula a economia sem a interferência do Estado.

## Exercícios

---

1. (Fuvest) "Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavalheiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um frequentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavalheiro rural, um tímido em seus empreendimentos..." (Adam Smith, A RIQUEZA DAS NAÇÕES, Livro III, capítulo 4)

Neste pequeno trecho, Adam Smith:

- a) contrapõe lucro à renda, pois geram racionalidades e modos de vida distintos.
  - b) mostra as vantagens do capitalismo comercial em face da estagnação medieval.
  - c) defende a lucratividade do comércio contra os baixos rendimentos do campo.
  - d) critica a preocupação dos comerciantes com seus lucros e dos cavalheiros com a ostentação de riquezas.
  - e) expõe as causas da estagnação da agricultura no final do século XVIII.
2. (Mackenzie) Assinale a alternativa em que aparecem as principais ideias de Jean Jacques Rousseau em sua obra O CONTRATO SOCIAL.
- a) Cada homem é inimigo do outro, está em guerra com o próximo e por esta razão cria o Estado para sua própria defesa e proteção.
  - b) O Estado é uma realidade em si e é necessário conservá-lo, reforçá-lo e eventualmente reformá-lo, reconhecendo uma única finalidade: sua prosperidade e grandeza.
  - c) O governante deve dar um bom exemplo para que os súditos o sigam. Através da educação e de rituais, os homens de capacidade aprenderiam e transmitiriam os valores do passado.
  - d) Que as classes dirigentes tremam ante a ideia de uma revolução! Os trabalhadores devem proclamar abertamente que seu objetivo é a derrubada violenta da ordem social tradicional.
  - e) A única esperança de garantir os direitos de cada indivíduo é a organização da sociedade civil, cedendo todos os direitos à comunidade, para que seja politicamente justo o que a maioria decidir.

3. Leia o texto a seguir referente ao historiador liberal inglês Lord Acton (1834-1902):

"Embora [Lord] Acton nunca tenha publicado um livro, ele escreveu vários artigos que refletiram seu apaixonado interesse sobre a história da liberdade, tolerância religiosa e governo constitucional. De acordo com Acton, não podemos entender a história da civilização ocidental se não conseguirmos avaliar o conflito eterno entre a liberdade e o poder. A ideia de liberdade, ele disse, *'é a unidade, a única unidade da história do mundo, e o princípio único de uma filosofia da história'*."

(Smith, George H. Lord Acton e a História da Liberdade. Portal do Libertarianismo.)

O texto sugere que Lord Acton:

- a) defendia que o liberalismo precisava tomar o poder para tornar os homens livres.
- b) defendia a ideia de liberdade como sendo aquilo que dá unidade e sentido para a história humana.
- c) acentuava o combate entre poder e liberdade, defendendo que a tomada do poder era o principal objetivo da "história da Liberdade".
- d) defendia que o poder não poderia corromper o homem, já que suas características virtuosas eram inabaláveis.
- e) defendia a liberdade apenas do nível político e, no nível econômico, a intervenção maciça do Estado.

4. Leia o texto a seguir:

"Nos séculos XVIII e XIX, o termo liberalismo geralmente se referia a uma filosofia de vida pública que afirmava o seguinte princípio: sociedades e todas as suas partes não necessitam de um controle central administrador porque as sociedades normalmente se administram através da interação voluntária de seus membros para seus benefícios mútuos. Hoje não podemos chamar de liberalismo essa filosofia porque esse termo foi apropriado por democratas totalitários. Em uma tentativa de recuperar essa filosofia ainda em nosso tempo, damos a ela um novo nome: liberalismo clássico."

(Rockwell, Lew. *O que é o Liberalismo Clássico*. IBM.)

O autor do texto argumenta que o termo "liberalismo clássico" reabilita a tradição de ideias políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX. Entre os representantes dessa tradição, estão:

- a) Lenin, Mikhail Bakunin e Voltaire
- b) Karl Marx, Vilfredo Pareto e John M. Keynes
- c) Adam Smith, David Ricardo e John Locke
- d) Rousseau, Louis Blanqui e Diderot
- e) Edmund Burke, Max Weber e Trotsky

5. (UFRS) Na sua obra clássica, publicada em 1776, "A riqueza das Nações", o escocês Adam Smith descrevia o funcionamento de uma forma de produção de alfinetes:

"um puxa o arame, o outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto o afia, um quinto o esmerilha na outra extremidade para a colocação da cabeça; para se fabricar a cabeça são necessárias duas ou três operações distintas; a colocação da cabeça é muito interessante, e o polimento final dos alfinetes também; até a sua colocação no papel constitui, em si mesma, uma atividade..."

Smith dizia que 10 homens, dividindo o trabalho, produziam ao fim de um dia 48 mil alfinetes. Se a produção fosse artesanal, um homem produziria apenas 20 alfinetes por dia e os 10 homens juntos somente 200 alfinetes.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa que responde corretamente às questões a seguir.

Que forma histórica do trabalho está sendo descrita por Adam Smith? Quais as principais consequências econômicas dessa nova forma de produção, defendida por Smith como real avanço para a sociedade?

- a) A divisão manufatureira do trabalho – o aumento da produção e a liberdade do comércio.
  - b) A produção artesanal – a industrialização e a liberdade de comércio.
  - c) A divisão manufatureira do trabalho – o aumento da produção e o monopólio do comércio.
  - d) A produção artesanal – o aumento da produção e a liberdade de comércio.
  - e) A cooperação fabril – a industrialização e o monopólio do comércio.
6. (UERJ) Livre-se desta indiferença estúpida, sonolenta e preguiçosa [...]. Em que caminho da vida pode estar um homem que não se sinta estimulado ao ver a máquina a vapor de Watt?

YOUNG, Arthur. *Viagens na Inglaterra e no País de Gales*. Apud Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Apesar do otimismo do autor do texto acima, o processo da Revolução Industrial, que se iniciou por volta da década de 1760, na Inglaterra, promoveu uma série de transformações na sociedade inglesa, tais como:

- a) mudança no significado da palavra trabalho, passando a expressar dor e desprestígio social.
- b) ampliação da divisão do trabalho, buscando maior produtividade e controle sobre os operários.
- c) declínio das atividades agrícolas, provocando arrendamento das propriedades rurais e desvalorização da terra.
- d) aumento das exigências tecnológicas, levando à capitalização industrial e ao abandono das técnicas artesanais.

7. (FAAP) Os pensadores do liberalismo econômico, como Adam Smith, Malthus e outros, defendiam:
- intervenção do Estado na economia
  - o mercantilismo como política econômica nacional
  - socialização dos meios de produção
  - liberdade para as atividades econômicas
  - implantação do capitalismo de Estado
8. (UFV-MG) Exalta o direito de propriedade individual e da riqueza; opondo-se, conseqüentemente, à intervenção do estado na economia. Defende intransigentemente que deve haver total liberdade de produção, circulação e venda. Considera que o homem, enquanto indivíduo, deve desfrutar de todas as satisfações, não se submetendo senão aos limites da Razão. Crê no Progresso como sendo resultado de um fenômeno natural e decorrente da livre concorrência que, ao estimular as atividades econômicas, é a única forma aceitável de proporcionar liberdade, felicidade, prosperidade e igualdade entre todos os homens.
- O trecho acima pode ser considerado uma síntese dos valores constitutivos da ideologia política intitulada:
- Catolicismo social.
  - Socialismo utópico.
  - Socialismo científico.
  - Liberalismo.
  - Anarquismo.
9. A origem do capitalismo remonta a um longo processo de transformações sociais iniciado em fins da Idade Média, principalmente com a expansão comercial marítima e o renascimento urbano, que passou a ser hegemônico na Europa Ocidental apenas em fins do século XVIII e início do XIX. Sobre as características do desenvolvimento capitalista neste período, indique qual das alternativas sobre o tema, expostas abaixo, está incorreta.
- Nos séculos finais da Idade Média houve uma transformação no caráter autossuficiente das propriedades feudais, em que as terras começaram a ser arrendadas e a mão de obra começou a ser remunerada com um salário.
  - A burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia, na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço.
  - A prática comercial experimentada imprimiu uma nova lógica econômica em que o comerciante substituiu o valor de uso das mercadorias pelo seu valor de troca.
  - Além de possibilitar uma impressionante acumulação de riquezas, o capitalismo mercantil criou uma economia de aspecto monopolista, na qual as potências econômicas se recusavam a realizar acordos, implantavam tarifas e promoviam guerras com o objetivo de manter seus domínios comerciais.
  - A experiência da Revolução Industrial imprimiu um novo ritmo de progresso tecnológico e integração da economia em que percebemos as feições mais próximas da economia experimentada no mundo contemporâneo.

- 10.** No processo de desintegração das relações sociais de produção feudal, passou a ocupar lugar central a organização de manufaturas, ampliando com a divisão do trabalho a produtividade dos agentes envolvidos na fabricação das mercadorias. As duas principais classes que surgiram dessa desintegração foram:
- a) aristocracia e escravos
  - b) aristocracia e servos
  - c) burguesia e trabalhadores assalariados.
  - d) burguesia e servos.
  - e) aristocracia e trabalhadores assalariados.

## Gabarito

---

1. **A**

Adam Smith foi um dos principais expoentes da moderna ciência econômica, nascida em meados do século XVIII. Um dos mais importantes componentes de sua análise econômica foi a relação entre lucro e renda, isto é, entre aquilo que pode ser feito com o excedente produzido para que possa gerar mais riqueza. Nesse sentido, a **letra A** está correta.

2. **E**

Rousseau acreditava que a ordem social poderia ser estabelecida por meio do contrato racional entre os indivíduos. A função do Estado seria garantir esses laços fraternais de liberdade. Ainda não havia nas ideias de Rousseau um programa revolucionário como seria levado a cabo na Revolução Francesa e, depois, na Revolução Russa. Sendo assim, a alternativa correta é a **letra E**.

3. **B**

Lord Acton foi um dos principais historiadores liberais. A ideia de liberdade está em sua compreensão da história como um centro que a move. Sua filosofia da história, isto é, sua ideia sobre qual é o propósito da presença humana no mundo é inteiramente guiada pela ideia de liberdade. Dessa forma, a alternativa correta é a **letra B**.

4. **C**

Adam Smith, David Ricardo e John Locke estão entre os principais representantes do liberalismo clássico. Portanto, a **letra C** está correta, já que nas outras há a presença de vários autores de outras correntes de pensamento, como o socialismo, o comunismo e o anarquismo.

5. **A**

Essa forma de divisão manufatureira do trabalho precedeu a cooperação fabril necessária à industrialização. Uma das consequências demonstradas pelo próprio trecho do livro de Smith é o aumento da produção, a outra é a liberdade de comércio necessária ao escoamento dessa produção.

6. **B**

A principal alteração da Revolução Industrial foi a divisão do trabalho e o aumento da produtividade, que passou a influenciar diversos outros âmbitos da vida social.

7. **D**

Todas as alternativas, com exceção da letra D, vão em total desencontro com as propostas desses pensadores. O ideal de todos eles era a liberdade nas atividades econômicas, e isso representava nenhuma intervenção estatal. A economia se regularia sozinha.

8. **D**

O liberalismo defendido por Adam Smith considerava que a iniciativa privada deveria estar livre da interferência do Estado, o que aumentaria a concorrência, diminuiria preços, facilitaria as inovações tecnológicas, bem como contribuiria para uma melhor qualidade dos produtos e para aumentar o ritmo de produção.

9. **D**

O capitalismo mercantil criou inicialmente uma forma comercial mais aberta à concorrência, pautando nestes princípios as políticas nacionais.

10. **C**

As principais classes que surgiram foram a burguesia e os trabalhadores assalariados, sendo que os primeiros eram proprietários privados dos meios de produção e os segundos vendiam sua força e capacidade de trabalho em troca de um salário.

## Hegel e a dialética

Quer ver esse material pelo Dex? clique [aqui](#)

### Resumo

---

Nascido em 1770 e morto em 1831, o alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel é sem dúvida alguma o mais importante filósofo da primeira metade do século XIX. Dedicado às mais diversas áreas do conhecimento filosófico, Hegel tornou-se particularmente famoso por ser o fundador de uma nova área da filosofia: a filosofia da história

Como seu próprio nome indica, a filosofia da história é a reflexão filosófica a respeito do sentido da história humana. Pois bem, apesar de outros autores antes de Hegel, como Santo Agostinho, já terem sinalizado algo neste sentido, o pensador alemão foi o primeiro a estabelecer com clareza tal disciplina. Cabe aqui, porém, uma observação importante: a filosofia da história não se confunde com a ciência histórica que estudamos no colégio. Enquanto o historiador busca entender os fatos do passado e descrevê-los detalhadamente, cada um no seu respectivo período, o filósofo da história olha a história como um todo e busca avaliar se há, em meio a todas as transformações e mudanças dos tempos, um sentido geral e permanente. Em síntese, a pergunta central da filosofia da história não é “o que aconteceu?”, mas sim “a história humana é uma sucessão de eventos fortuitos e casuais ou há, em tudo isto, um propósito, uma lógica, um destino?”

Ora, de acordo com Hegel, mediante uma rigorosa análise filosófica, é possível ver que a historicidade humana tem sim um sentido. Isto acontece porque ela não se dá pelo acaso ou pelo simples conjunto das ações humanas, mas é antes movida por uma força, por um princípio que a sustenta e orienta, o qual Hegel chamava de Espírito ou Absoluto.

Conduzindo a história humana, o Espírito a leva gradualmente para ao seu *télos*, sua finalidade, seu propósito: a maximização da liberdade, ou seja, tornar os homens sempre mais livres. Aliás, diz Hegel, se parece difícil perceber esse propósito de imediato, é porque a história não se encaminha para ele de modo simples e direto. Ao contrário, criticando nisto duramente os pensadores iluministas, que viam o progresso histórico como algo linear e cumulativo, Hegel salienta que história progride sim, mas por meio de contradições, de idas e vindas, de conflitos e concessões. Em suma, não é por uma linha reta e contínua, mas por meio de sinuosas contradições que o Espírito move a história.

O modo contraditório pelo qual o Espírito conduz a história humana é chamado por Hegel de dialética. Tal dialética aqui, porém, não se trata de um mero debate de ideias, como em Platão, mas sim de um movimento da própria realidade, através do qual, por meio de momentos sucessivos e aparentemente opostos, a história se desenrola e progride.

Dito de maneira mais ou menos sistemática, poderíamos afirmar que a dialética do real compõe-se para Hegel sempre de três momentos: a tese (ou afirmação), quando uma determinada ideia ou perspectiva se põe na história; a antítese (ou negação), momento em que a tese original é substituída por uma que lhe é inteiramente contrária; e a síntese (ou superação), em que surge uma terceira perspectiva, a qual soluciona o problema em questão de um ponto de vista mais alto, integrando aspectos tanto da tese quanto da antítese.

Para ficar mais claro, usemos um exemplo do próprio Hegel. Segundo o autor alemão, o processo dialético é facilmente perceptível na história das religiões. De fato, o primeiro modelo religioso a se manifestar na história, ainda nas sociedades primitivas, foi o politeísmo - ele é, portanto, a tese ou afirmação. Posteriormente, ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, tal modelo foi questionado por um outro que é o seu exato oposto: o monoteísmo - que é, portanto, antítese ou negação. Por fim, com o surgimento do cristianismo, surgiu a síntese ou superação, que é o dogma da Santíssima Trindade. Com efeito, ao crer em um único Deus, dotado de uma única essência, mas composto de três pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo), o cristianismo supera a contradição entre monoteísmo e politeísmo, pois integra elementos de ambos numa síntese maior. Esta síntese revela, pois, que aquela contradição entre politeístas e monoteístas não era uma oposição real, mas apenas uma preparação para um maior aperfeiçoamento da humanidade.

Outros exemplos dados por Hegel dizem respeito à história da filosofia. Por exemplo, entre os pré-socráticos, o primeiro filósofo, Tales de Mileto, propôs que a *arché*, o princípio de tudo, era a água, algo material (tese); por sua vez, o segundo filósofo, Anaximandro, negou isto e afirmou que a *arché* era algo imaterial: o *ápeiron*, o infinito, o ilimitado (antítese). Por fim, Anaxímenes, o terceiro filósofo, operou a síntese ao escolher como *arché* o ar, que é um elemento material, mas, dos materiais, o menos material de todos, uma vez que é volátil e não pode ser visto, nem tocado, nem apreciado pelo paladar - e ouvido apenas quando está em movimento. No mesmo sentido, diz Hegel, pode-se dizer que o racionalismo de Descartes é tese, o empirismo de Hume é antítese e o criticismo de Kant síntese.

Perceba-se em todos esses exemplos que há um progresso, uma melhora, um aperfeiçoamento histórico, mas que este não se dá de modo linear e contínuo, mas sim dialeticamente, isto é, por meio de contradições. É necessário, aliás, salientar, que tal processo é infinito, uma vez que, tão logo se estabelece, a síntese transforma-se em uma tese, que será negada por uma nova antítese e assim por diante. Não à toa, o dogma da Trindade encontrou seus críticos, bem como o as teses de Anaxímenes e de Kant. A história, assim, progride de maneira espiralada, num ciclo sem fim, que se encaminha sempre para o aperfeiçoamento do homem e a maximização de sua liberdade.

Convencido não apenas de que a história é importante, mas que ela é o próprio eixo da experiência humana, Hegel criticava duramente certos autores, como Kant, Descartes e os contratualistas, que sempre falavam do homem de maneira abstrata e geral, como se a condição humana fosse universal e imutável. Indo precisamente na direção contrária, o pensador alemão dizia que “todo homem é filho de seu tempo”, isto é, que todo homem é profundamente moldado pela sociedade e pelo período histórico em que vive, de modo que, para se compreender verdadeiramente um ser humano, é preciso olhar para ele não de maneira genérica e abstrata, mas de modo concreto, atento às condições históricas específicas nas quais aquele homem vive.

O próprio pensamento filosófico, dizia Hegel, é profundamente condicionado pelo seu período histórico de elaboração;

## Exercícios

---

1. A genuína e própria filosofia começa no Ocidente. Só no Ocidente se ergue a liberdade da autoconsciência. No esplendor do Oriente desaparece o indivíduo; só no Ocidente a luz se torna a lâmpada do pensamento que se ilumina a si própria, criando por si o seu mundo. Que um povo se reconheça livre, eis o que constitui o seu ser, o princípio de toda a sua vida moral e civil. Temos a noção do nosso ser essencial no sentido de que a liberdade pessoal é a sua condição fundamental, e de que nós, por conseguinte, não podemos ser escravos. O estar às ordens de outro não constitui o nosso ser essencial, mas sim o não ser escravo. Assim, no Ocidente, estamos no terreno da verdadeira e própria filosofia.

(Hegel. *Estética*, 2000. Adaptado.)

De acordo com o texto de Hegel, a filosofia

- a) visa ao estabelecimento de consciências servis e representações homogêneas.
  - b) é compatível com regimes políticos baseados na censura e na opressão.
  - c) valoriza as paixões e os sentimentos em detrimento da racionalidade.
  - d) é inseparável da realização e expansão de potenciais de razão e de liberdade.
  - e) fundamenta-se na inexistência de padrões universais de julgamento.
2. O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si [...].

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Com base em seus conhecimentos e na leitura do texto acima, assinale a alternativa correta segundo a filosofia de Hegel.

- a) A essência do real é a contradição sem interrupção ou o choque permanente dos contrários.
- b) As contradições são momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários.
- c) O universo social é o dos conflitos e das guerras sem fim, não havendo, por isso, a possibilidade de uma vida ética.
- d) Hegel combateu a concepção cristã da história ao destituí-la de qualquer finalidade benevolente.

3. Para Hegel, a razão é a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Assim, ela é a unidade entre a razão subjetiva e a razão objetiva. Hegel denominou essa unidade de espírito absoluto.
- Dessa forma, um evento real pode expressar e ser resultado das ideias que o precedem. Um exemplo da objetivação dessas ideias é o seguinte evento:
- a) a subida de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, representando os ideais sionistas germânicos.
  - b) a Queda de Dom Pedro I do trono brasileiro, representando a crise do sistema colonial português.
  - c) a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, representando o ideal iluminista de igualdade social.
  - d) a coroação de Dom Pedro II no trono brasileiro, representando a vitória dos ideais puritanos de moral.
4. Hegel, prosseguindo na árdua tarefa de unificar o dualismo de Kant, substituiu o *eu* de Fichte e o *absoluto* de Schelling por outra entidade: a *ideia*. A ideia, para Hegel, deve ser submetida necessariamente a um processo de evolução dialética, regido pela marcha triádica da
- a) experiência, juízo e raciocínio.
  - b) realidade, crítica e conclusão.
  - c) matéria, forma e reflexão.
  - d) tese, antítese e síntese.
5. No início do século dezenove, mais precisamente com Hegel, a arte é concebida no interior do domínio do absoluto, isto é, da verdade enquanto tal e dos elementos que a expõem. Tendo em vista essa concepção, é correto afirmar:
- a) O absoluto não se expressa, de uma vez por todas, no domínio artístico.
  - b) Ao apresentar o absoluto sob forma sensível, isto é, concreta e singular, a obra de arte não efetiva a transfiguração da realidade.
  - c) Na atividade artística, apenas alguns de seus traços essenciais estão ligados ao ser verdadeiro.
  - d) A beleza é, enquanto produto da arte, manifestação sensível do absoluto.
  - e) Na arte, a totalidade que se torna aparição cumpre suficientemente suas determinações.

**6.** Heráclito de Éfeso viveu entre os séculos VI e V a. C. e sua doutrina, apesar de criticada pela filosofia clássica, foi resgatada por Hegel, que recuperou sua importante contribuição para a Dialética. Os dois fragmentos a seguir nos apresentam este pensamento.

- "Este mundo, igual para todos, nenhum dos deuses e nenhum dos homens o fez; sempre foi, é e será um fogo eternamente vivo, acendendo-se e apagando-se conforme a medida." (fragmento 30).

- "Para as almas, morrer é transformar-se em água; para a água, morrer é transformar-se em terra. Da terra, contudo, forma-se a água, e da água a alma." (fragmento 36).

De acordo com o pensamento de Heráclito, marque a alternativa incorreta.

- a) As doutrinas de Heráclito e de Parmênides estão em perfeito acordo sobre a imutabilidade do ser.
- b) Para Heráclito, a ideia de que "tudo flui" significa que nada permanece fixo e imóvel.
- c) Heráclito desenvolve a ideia da harmonia dos contrários, isto é, a permanente conciliação dos opostos.
- d) A expressão "devir" é adequada para compreendermos a doutrina de Heráclito.

**7.** Qual é a diferença entre o conceito de movimento histórico, em Hegel, e o de processo histórico, em Marx?

a) Para Hegel, através do trabalho, os homens vão construindo o movimento da produção da vida material e, assim, o movimento histórico. Para Marx, a consciência determina cada época histórica, desenvolvendo o processo histórico.

b) Para Hegel, a História pode sofrer rupturas e ter retrocessos, por isso utiliza-se do conceito de movimento da base econômica da sociedade. Marx acredita que o modo de produção encaminhe para um objetivo final, que é a concretização da Razão.

c) Para Hegel, a História tem uma circularidade que não permite a continuidade. Para Marx, a História é construída pelo progresso da consciência dos homens que formam o processo histórico.

d) Para Hegel, a História é teleológica, a Razão caminha para o conceito de si mesma, em si mesma. Marx não tem uma visão linear e progressiva da História, sendo que, para ele, ela é processo, depende da organização dos homens para a superação das contradições geradas na produção da vida material, para transformar ou retroceder historicamente.

**8.** Para Caio Prado Jr., a observação de Engels: "O núcleo que encerra as verdadeiras descobertas de Hegel... o método dialético na sua forma simples em que é a única forma justa do desenvolvimento do pensamento", revela

- a) a herança da dialética hegeliana assumida por Karl Marx.
- b) a filosofia de Marx com sua herança escolástica partilhada por Hegel.
- c) a perspectiva dialética do Homem, que permite considerá-lo capaz de conceituar termos científicos no aspecto ou feição do Universo.
- d) o tema central da filosofia, a saber, o desenvolvimento da dialética do ser humano, fator determinante do existencialismo contemporâneo.

9. Conforme Arruda e Aranha, o materialismo de Karl Marx diferencia-se do materialismo mecanicista. Analisando estas diferenças as autoras concluem:

[...] segundo o materialismo dialético, o espírito não é consequência passiva da ação da matéria, podendo reagir sobre aquilo que determina. Ou seja, o conhecimento do determinismo liberta o homem por meio da ação deste sobre o mundo, possibilitando inclusive a ação revolucionária.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo, Ed. Moderna, 2000, p. 241.

Com base em seus conhecimentos e nas informações acima, assinale a alternativa correta.

- a) Diferentemente dos idealistas, Marx considera que as manifestações espirituais humanas derivam da estrutura material ou econômica da sociedade, mas não de modo absoluto, pois o espírito pode se libertar.
  - b) Como em Marx, a estrutura material ou econômica determina as manifestações do espírito, que será, em consequência, sempre passivo diante desta estrutura.
  - c) Marx entende que o espírito é resultado da estrutura material ou econômica da sociedade, por isso jamais pode modificá-la.
  - d) A dialética materialista de Marx sintetiza os momentos da realização da razão na história e não o agir histórico que realiza os conteúdos da razão.
10. Hegel, em seus cursos universitários de Filosofia da História, fez a seguinte afirmação sobre a relação entre a filosofia e a história: “O único pensamento que a filosofia aporta é a contemplação da história”.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 17.

De acordo com a reflexão de Hegel, é correto afirmar que:

- I. a razão governa o mundo e, portanto, a história universal é um processo racional.
- II. a ação dos homens obedece a vontade divina que pré estabelece o curso da história.
- III. no processo histórico, o pensar está subordinado ao real existente.
- IV. a ideia ou a razão se originam da força material de produção e reprodução da história.

Assinale a alternativa que contém somente assertivas corretas.

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.

## Gabarito

---

1. **D**

No texto, o autor relaciona o surgimento do conhecimento filosófico ao desenvolvimento, historicamente determinado e localizado, da consciência individual vinculada à razão e à essência humana de liberdade, que permite aos indivíduos exercer seus potenciais.

2. **B**

A estrutura da lógica hegeliana é triádica, que reflete a organização de um sistema filosófico mais amplo e da lógica sobre sua variedade de motivos internos e externos. A divisão da lógica é esta: 1) a doutrina do ser, 2) a doutrina da essência e 3) a doutrina da noção (ou do conceito). Na doutrina do ser, por exemplo, Hegel explica o conceito de "ser-por-si" como uma autorrelação que resolve a oposição entre o próprio e o outro na "idealidade do finito". Na doutrina da essência, Hegel explica as categorias de ato e liberdade. Ele diz que ato é a unidade de "essência e existência" e argumenta que isso não descarta a atualidade de ideias que se tornam atualizadas, realizando-se na existência externa. Também define a liberdade como a "verdade da necessidade", ou seja, a liberdade pressupõe a necessidade no sentido de que a própria ação e a reação providenciam uma estrutura da ação livre. Na doutrina do conceito trabalha-se o conceito em função da subjetividade, da objetividade e da articulação entre subjetividade e objetividade. O conceito subjetivo contém três funcionalidades: universalidade, particularidade e individualidade. Essas três funções operam de acordo com um movimento "dialético" progressivo do primeiro para o terceiro e na totalidade expressam o conceito de individualidade. As funções relacionam logicamente os juízos, porém não dizem respeito apenas às operações mentais, mas também explicam as próprias relações reais.

3. **C**

O historicismo hegeliano se baseia em uma relação dialética. Sendo a razão uma unidade histórica, em cada momento a razão produz uma tese, uma antítese e por último uma síntese. No caso das alternativas, a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder corresponderia à síntese das ideias anteriores e representaria justamente a vitória do ideal iluminista de igualdade social.

4. **D**

Somente a alternativa D é correta. A dialética de Hegel é representada no processo dialético que se dá a partir do conflito entre tese e antítese, que gera um novo estágio chamado de síntese. É ao interno deste processo que a ideia se desenvolve.

5. **D**

Somente a alternativa D é correta. O idealismo hegeliano enxerga no absoluto a totalidade da realidade. Já a concepção estética do filósofo relaciona a beleza como sendo a máxima expressão sensível dessa totalidade.

6. **A**

Somente a alternativa [A] está incorreta. A filosofia de Heráclito se opunha à de Parmênides. Enquanto Heráclito pensava a vida como um devir, em constante transformação, Parmênides defendia a imutabilidade do ser.

7. **D**

Em linhas gerais, pode-se dizer que o materialismo marxista opõe-se ao idealismo hegeliano. Isso se percebe na forma como cada um concebe o processo histórico. Na dialética hegeliana, a ideia caminha

para sua síntese, em um processo que, em certa medida, pode ser chamado de teleológico. Para Marx, a História é determinada pela produção da vida material dos homens, em um processo de luta de classes. A única alternativa que contempla de forma correta essas duas perspectivas é a [D].

8. **A**

O enunciado da questão pressupõe que o aluno perceba que a citação faz referência a Karl Marx. Tendo isso em conta, a citação leva a crer que Engels enfatiza a herança hegeliana assumida por Marx. Sendo assim, somente a alternativa [A] está correta.

9. **A**

*Materialismo*, porque somos o que as condições **materiais** (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e pensar. *Histórico*, porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos, nem nascem da ordem natural cujos interesses antagônicos serão conciliados pelo contrato social, mas dependem da **ação concreta dos seres humanos no tempo**, garantindo assim, a legitimidade da ação revolucionária.

A história não é um progresso linear e contínuo, uma sequência de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, sua técnica). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da história. Por afirmar que o materialismo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo histórico é **dialético**. O Estado não é uma imposição divina aos homens nem é o resultado de um pacto ou contrato social, mas é a maneira pela qual a classe dominante de uma época e de uma sociedade determinadas garante seus interesses e sua dominação sobre o todo social.

10. **D**

Nas alternativas I e III, Hegel mostra a importância da racionalidade clássica grega como maneira de entender e relacionar filosofia e história.